



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
ESTADO DE PERNAMBUCO

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO, NO USO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Lei nº119/1999 Dispõe sobre as diretrizes orçamentarias para o exercício financeiro de 2000 e dá outras providencias.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO - PE
CNPJ: 40.893.869/0001-27
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Código de Autenticidade: **01VCP0KX1198**
Emitido em, 01 de October de 2025 às 14h:19m



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

Estado de Pernambuco

LEI Nº 119 DE 10 DE JUNHO DE 1999

EMENTA: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2000 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO, NO ESTADO DE PERNAMBUCO, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2000 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e entidades da Administração direta, e execução obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 2º - A proposta do Município obedecerá as seguintes/diretrizes gerais, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas / pela Legislação Federal.

§ 1º - O montante de despesa não deverá ser superior as das receitas.

§ 2º - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício em curso, a preço de julho de 1999, considerando os aumentos ou as suas diminuições de serviços.

§ 3º - As estimativas das receitas serão feitas ao preço/ de julho de 1999, considerar-se-ão a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, os quais serão / objeto de Lei a ser encaminhada a Câmara Municipal até três meses antes do encerramento do exercício.

§ 4º - Os Projetos em fase de execução terão prioridades/ sobre os novos projetos, não podendo ser paralizados sem autorização / legislativa.

§ 5º - O pagamento do serviços da dívida de pessoal e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

§ 6º - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) da sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, prioritariamente, na manutenção e no desenvolvi-



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

Estado de Pernambuco

f1.02

mento do Ensino Fundamental e Pré-Escolar.

§ 7º - Constará da proposta orçamentária o produto das operações de crédito autorizadas pelo Legislativo, com discriminação específica e vinculadas ao projeto.

Art. 3º - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade / financeira do Município e o Plano Plurianual aprovado, precederá a seleção das prioridades e as orçará a preço de julho de 1999.

Parágrafo Único - Poderão ser incluídas programas não selecionados entre as prioridades desde que financiadas com recursos de outras esferas de governo.

Art. 4º - Os valores orçamentários serão atualizados monetariamente por Decreto pela variação dos índices oficiais entre o mês de julho de 1999 a janeiro de 2000, obedecendo a fórmula oficialmente adotada, desprezando-se as frações de mil cruzeiros após o cálculo.

Art. 5º - Poderão ser realizadas operações de crédito por antecipação da Receita até o limite da Despesa de Capital fixada para o exercício financeiro de 2000, nos termos do parágrafo 8º, artigo 165 e inciso II do artigo 167, da Constituição Federal e demais parâmetros da Legislação em vigor.

Art. 6º - As dotações orçamentárias para as despesas fixadas para o exercício financeiro de 2000, poderão ser suplementadas até o limite de 40% (quarenta por cento) obedecidas as disposições do artigo 43 parágrafos os incisos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único - O limite de que trata o "caput" deste artigo será considerado com a atualização monetária estabelecida no artigo 4º desta Lei.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá firmar convênio com vigência máxima de um ano, com outras esferas de governo, para o desempenho de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde e Assistência Social, sem ônus para o Município.

Art. 8º - O Poder Executivo tomará medidas necessárias para ajustar, permanentemente, o fluxo dos dispêndios aos ingressos, a fim de manter o equilíbrio orçamentário e financeiro.

Art. 9º - As despesas com pessoal da administração direta/ ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da Receita corrente, de acordo com o disposto no artigo 38 das Disposições Constitucionais Transitórias



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

Estado de Pernambuco

f1.03

§ 1º - Entende-se como receitas correntes para efeito de limites do presente artigo, o somatório das receitas correntes da administração direta, excluídas as receitas oriundas de convênios.

§ 2º - O limite estabelecido para as despesas de pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da administração direta nas seguintes despesas:

- Salários
- Obrigações Patronais
- Proventos de Aposentadoria e Pensões
- Remuneração do Prefeito e Vice-Prefeito
- Remuneração dos Vereadores

§ 3º - A concessão de qualquer vantagens ou aumentos de remuneração além dos índices infracionários, a criação de cargos ou alterações de estrutura de carreira, bem como a administração de pessoal a qualquer título, pelo órgão ou entidade da administração direta, só poderáo ser feitas se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas até o final do exercício, obedecidas o limite fixado no "caput" e o disposto no artigo 169, I, II, da Constituição Federal.

Art. 10 - Fica autorizada a concessão de ajuda financeira / às entidades relacionadas sem fins lucrativos reconhecidas de utilidade pública nas áreas de saúde, educação e assistência Social.

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados após aprovação pelo Poder Executivo, dos Planos de Aplicação apresentados pelas entidades / beneficiadas.

§ 2º - Os prazos para prestação de contas serão fixados pelo Poder Executivo, dependendo do plano de aplicação, não podendo ultrapassar dos 30 (trinta) dias do encerramento do exercício.

§ 3º - Fica vedada a concessão de ajuda financeira às entidades que não prestarem contas dos recursos anteriormente recebidos assim como as que não tiverem suas contas aprovadas pelo Executivo Municipal.

Art. 11 - O Orçamento anual obedecerá as estruturas organizacionais aprovadas por Decreto, compreendendo seus fundo, órgãos e entidades da administração direta mantida pelo Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO

Estado de Pernambuco

f1.04

Art. 12 - As operações de crédito por antecipação da receita contratadas pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício.

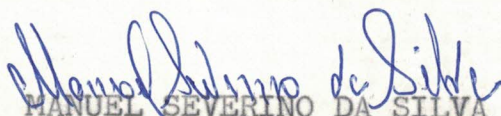
Art. 13 - O Prefeito enviará até o dia 30 (trinta) de setembro, o Projeto de Lei Orçamentário à Câmara Municipal, que o apreciará/ até o final da sessão legislativa devolvendo-o a seguir para sanção // até 20 de dezembro.

Parágrafo Único - Se até o dia 20 (vinte) de dezembro de // 1999 o Projeto Orçamentário não for aprovado, o Prefeito poderá executar sua programação obedecendo os limites dos Créditos Orçamentários.

Art. 14 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 10 de junho de 1999.


MANUEL SEVERINO DA SILVA
= PREFEITO =